

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Indústrias de energia solar e eólica paralisam investimentos	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: Parisotto seguirá sem indicar conselheiro à CSN	3
VEÍCULO: Valor Econômico	3
Título: Cemig prevê acelerar venda de ativos	3
Título: Endividamento ainda pressiona Cemig em 2017	4
Título: MP pode liberar a venda de 1,1 milhão de hectares de florestas	6
Título: Minério cai 8,5% e atinge pior valor em cinco meses	7
Título: Destaques	9

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado / Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Indústrias de energia solar e eólica paralisam investimentos**

Empresas do setor de energia eólica e solar congelaram seus planos de investimento desde dezembro do ano passado, quando um leilão de reserva do setor foi cancelado às vésperas de sua realização.

A chinesa BYD aguarda um novo certame para investir entre R\$ 200 milhões e R\$ 250 milhões na expansão de sua fábrica de painéis solares em Campinas (SP), afirma o diretor Adalberto Maluf.

"As empresas ganhadoras são nosso grande foco. O cancelamento frustrou, mas acreditamos que até o fim deste ano haverá um leilão."

Para a Pacific Hydro, que acaba de ser comprada pela Spic (State Power Investment Corporation), os planos de expansão no país são de longo prazo e não foram afetados, segundo a presidente no Brasil, Adriana Waltrick.

A empresa já tem terreno comprado e licenciamento ambiental aprovado para dois parques eólicos, que deverão somar 250 megawatts. O investimento não foi aberto, mas a média de aporte por megawatt é de R\$ 6 milhões.

A geração distribuída tem compensado em parte a falta de leilões, diz Orestes Gonçalves Junior, sócio da Sunlution. "Houve um vazio de demanda desde dezembro. Temos buscado contratos de geração em fazendas e no setor de saneamento básico."

A demanda, porém, não justifica grandes aportes, segundo Bernardo Scudiere, sócio da SGP Solar, que hoje importa todos os equipamentos. "Nosso plano de construir uma fábrica no Brasil depende da realização de leilões."

Ventos chineses

A aquisição de grandes hidrelétricas é um dos principais planos da companhia no Brasil, afirma a executiva.

A empresa também prevê aquisições de usinas eólicas em operação no país - principalmente na região Nordeste.

Além disso, a Pacific tem dois projetos de parques eólicos prontos para serem iniciados, mas que estão no aguardo de novos leilões do setor.

Atualmente, a empresa opera duas unidades de geração na Paraíba.

Em relação às negociações da Spic para a compra da usina de Santo Antônio, Waltrick disse que não comentaria.

58 MW é a capacidade dos atuais dois parques eólicos da empresa no Brasil

US\$ 113 bilhões (cerca de R\$ 354,13 bilhões) são os ativos da chinesa Spic nos 36 países em que a empresa atua

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães

Título: Parisotto seguirá sem indicar conselheiro à CSN

A Geração Futuro Lpar, fundo que reúne ativos do empresário Lírio Parisotto, teve negado, na Justiça, seu pedido para indicar um conselheiro para a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de Benjamin Steinbruch, empresa em que tem posição minoritária. Para o juiz, há conflito de interesse, visto que a Lpar é também acionista da Usiminas, concorrente da CSN. A decisão apontou ainda relação de proximidade do fundo com a Nippon Steel, sócio da Usiminas que há tempos trava uma briga societária com a Ternium. A preocupação é de que a Lpar pudesse "estabelecer um canal de informação entre CSN e Usiminas", aproveitando-se indevidamente de "informações concorrenciais sensíveis", o que poderia "acarretar graves danos à empresa".

» **Nem sempre.** A CSN, aliás, tem participação na Usiminas e conseguiu, via acordo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), indicar dois conselheiros independentes para a siderúrgica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Camila Maia e Marcos de Moura e Souza

Título: Cemig prevê acelerar venda de ativos

Como parte da estratégia para reduzir o endividamento, a estatal mineira Cemig pretende concluir as principais operações de vendas de ativos até outubro, disse ontem o diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, Adézio Lima, na teleconferência sobre os resultados de 2016.

Entre os ativos prioritários para a venda estão a participação na hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Madeira (RO), a Cemig Telecom, linhas de transmissão (que

serão transferidas para a Taesa) e a Gasmig (cujo modelo de venda ainda está sendo desenhado).

Ao mesmo tempo em que a companhia reforça seu compromisso com as vendas de ativos, porém, a direção admitiu que poderá participar dos leilões de reciliação, previstos pela União, das três hidrelétricas que a Cemig vem tentando manter a concessão na Justiça: Jaguará, São Simão e Miranda. Em entrevista coletiva ontem, o diretor de distribuição e comercialização da empresa, Luís Fernando Paroli Santos, disse que esse seria "um plano C".

Isso porque o objetivo da companhia ainda é manter as concessões das usinas, que a Cemig operava com liminares até recentemente. O governo, no entanto, conseguiu reverter as decisões, para relicita-las ainda neste ano. Os recursos da bonificação pela outorga das usinas já constam no orçamento de 2017 da União.

Outra alternativa seria encontrar um sócio privado que passasse a ser dono de 51% das usinas. No entanto, o governo não chegou a um acordo com a companhia e encerrou as negociações. "A Cemig pode entrar no leilão e junto com um parceiro para conseguir adquirir essas concessões de novo", afirmou Paroli.

Em relação à venda de Santo Antonio, a estatal mineira foi questionada por analistas pela reportagem publicada ontem pelo Valor, que informou que há impasses que afetam a negociação de venda da hidrelétrica de Santo Antônio, da qual a Cemig possui 18%, para a chinesa State Power Investment Corporation (SPIC). Lima admitiu que as negociações com o "potencial investidor" não haviam chegado a um "bom termo", mas contou que o possível comprador "está voltando à mesa de discussão". Segundo ele, foi feita uma contraproposta que está sendo analisada.

Apesar de ter anunciado o plano de venda de ativos no início de 2016, a Cemig ainda não avançou nesse sentido. Pelo contrário, arrematou um lote de hidrelétricas em um leilão no fim de 2015, pagando R\$ 2,2 bilhões em bônus da outorga, aportou R\$ 446 milhões na Light como parte de um aumento de capital, além de ter feito aportes na Renova e em outros negócios. Do lado das vendas de ativos, a Cemig concretizou a negociação de R\$ 791 milhões em ações da Taesa e levantou R\$ 180 milhões com a operação de venda da Transchile. (| Do Rio, de São Paulo e Belo Horizonte)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Endividamento ainda pressiona Cemig em 2017

O endividamento elevado continua sendo o principal desafio da Cemig para este ano. A dívida consolidada da estatal mineira atingiu R\$ 15,2 bilhões ao fim de 2016, com o cronograma de amortizações com prazo médio de 2,8 anos. Segundo a empresa grande parte da sua dívida vence no curto prazo devido às condições de mercado dos últimos anos, que se mostraram mais restritas.

A alavancagem medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda chegou a 4,98 vezes ao fim do ano passado, ante 2,4 vezes em 2015. Por esse motivo, a companhia conseguiu autorização para ampliar o limite de duas vezes para 4,4 vezes "excepcionalmente para o exercício de 2017".

Em 2017, há R\$ 4,837 bilhões em dívidas vencendo. Em 2018, outros R\$ 3,88 bilhões. "Mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos", disse a companhia no relatório do balanço.

Como exemplo dos seus esforços para reduzir a alavancagem, a companhia lembrou que, em dezembro de 2016, a Cemig GT realizou uma emissão de R\$ 2,24 bilhões em debêntures com prazo de cinco anos. No entanto, o custo real da dívida da estatal cresceu no último ano, passando de 3,74% em 2015 para 8,4% no fim de 2016.

Para fins de amortização dos vencimentos programados, a Cemig deverá captar "valores significativos de terceiros através de uma ampla variedade de fontes de financiamento", disse a empresa.

Para cumprir o serviço da dívida, depois de atingir as metas de investimento, a Cemig dependeu "e pode continuar a depender" de uma combinação de fluxos de caixa operacionais e de linhas de crédito disponíveis, além de saldo do caixa e aplicações financeiras e contratação de dívidas adicionais. A Cemig lembrou ainda que apresentou, no ano passado, um programa de venda de ativos para o período 2017 a 2018, para melhorar sua liquidez no curto prazo.

"Apesar da Cemig estar com alavancagem significativa, a empresa espera que os saldos de conta corrente, a liquidez da linha de crédito rotativo, o caixa gerado pelas iniciativas descritas acima, e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa do próximo exercício. A administração acredita que seus planos serão bem-sucedidos", informou a estatal nas notas explicativas do resultado.

No caso de dificuldades na obtenção de financiamentos, a companhia disse que poderia ter suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários comprometida, o que afetaria de forma significativa o resultado das

operações. A estatal prevê investir, em 2017, um valor inferior aos R\$ 4,93 bilhões aportados no ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti

Título: MP pode liberar a venda de 1,1 milhão de hectares de florestas

Uma área do tamanho do Estado de Sergipe, de 1,1 milhão de hectares, estará desprotegida na Amazônia se os plenários na Câmara e no Senado aprovarem o resultado de duas manobras parlamentares feitas terça-feira e ontem em uma comissão mista do Congresso.

Áreas de floresta no Pará, que tinham status rígido de preservação, estão agora abertas à ação de especuladores de terra e poderão ser vendidas. A sinalização é péssima em uma região que está batendo recordes de desmatamento considerando-se as unidades de conservação federais e vai na contramão de se conter o desmatamento em escalada na Amazônia. Também segue em direção oposta ao compromisso brasileiro de reduzir gases-estufa, assumido no Acordo de Paris.

Em apenas sete minutos, uma comissão mista do Congresso fragilizou ontem compromissos ambientais na Amazônia repetindo o que havia acontecido no dia anterior. O Executivo editou em dezembro a Medida Provisória (MP) 758 com a intenção de desafetar 862 hectares de floresta no Parque Nacional do Jamanxim. Era um trecho pequeno na lateral da BR-163, que deixaria de ser parque para permitir curvas no trajeto da Ferrogrão, a ferrovia que deve levar soja do Mato Grosso ao porto de Miritituba, no Tapajós.

Parlamentares se apropriaram da prerrogativa do Congresso de analisar MPs e transformaram, por meio de emendas, os 862 hectares iniciais em 540 mil hectares, segundo relatório aprovado ontem na comissão. A decisão consta do relatório do deputado José Reinaldo (PSB-MA).

A vítima de ontem foi o Parque Nacional do Jamanxim. Todas as alterações propostas pelos parlamentares enfraquecem a preservação da Amazônia: 273 mil hectares do parque foram transformados em duas áreas de proteção ambiental (APAs).

A APA é a mais permissiva das unidades de conservação. Uma APA permite agropecuária e garimpo - Brasília está dentro de uma APA. Outros 70 mil hectares

do parque passam para a Floresta Nacional do Trairão. Também foi aprovada a emenda que transforma em APA mais de 169 mil hectares da Flona de Itaituba 2.

"Em dois dias o oeste do Pará perde 1,1 milhão de florestas públicas que podem se tornar florestas privadas, se isso seguir adiante", alerta o biólogo Ciro Campos, analista do Instituto Socioambiental (ISA). "Há duas forças principais nessas manobras. A turma da especulação de terras e a da mineração", diz. O governo, quando propôs a "descrisção" de áreas, fez acordos para ampliar outras. O setor de mineração impediu as ampliações, afirma Campos.

"Ao longo da discussão da MP 758, o Ministério de Minas e Energia apresentou sugestões ao relator, defendendo que o novo desenho deixasse de fora do parque áreas com potencial para mineração", diz nota do WWF-Brasil. "Alterar a categoria de proteção dessas áreas para aproveitamento agrícola, como justifica a emenda feita à MP original, é apostar no avanço do desmatamento na Amazônia", diz nota técnica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Os dois projetos de lei seguem para os plenários da Câmara e Senado. Vários políticos das duas comissões foram citados na lista do ministro Edson Fachin, do STF.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Minério cai 8,5% e atinge pior valor em cinco meses

O período de bonança do minério de ferro no primeiro trimestre definitivamente acabou. Os preços da commodity desabaram ontem na China e ficaram abaixo de US\$ 70 por tonelada pela primeira vez em cinco meses. O movimento de correção já era esperado, mas a rapidez com que ele ocorreu nos últimos dias, não. Daqui para frente, os analistas preveem que a queda se acentue até o fim do ano, mas as previsões ainda apontam para nível próximo a US\$ 60 em dezembro.

Ontem, a cotação da matéria-prima com teor de 62% de ferro recuou 8,5% no porto chinês de Qingdao, para US\$ 68,04, segundo a "Metal Bulletin", menor patamar desde 7 de novembro. Essa é a referência do mercado transoceânico, tanto em qualidade quanto em importância geográfica - a China é o país que mais demanda minério no mundo. Assim, no ano a commodity agora cai 13,7% e em abril, acumula recuo de 15,4%.

Esse preço foi atingido após cinco dias consecutivos de queda. A performance contrasta com o observado nos três primeiros meses do ano, quando em 21 de

fevereiro o minério marcou seu maior valor desde agosto de 2014 e fechou com uma média de US\$ 85,63. Agora, em relação a essa máxima recente, o insumo cai 28,3% e registra média de US\$ 76,73 neste que é o primeiro mês do segundo trimestre.

No ano, a commodity registra preço médio de US\$ 84,62. Levantamento do Valor com 18 instituições financeiras mostra previsão de US\$ 64,40 para 2017. A perspectiva é que em dezembro, porém, esse nível já se encontre entre US\$ 55 e US\$ 60.

Pelo lado dos fundamentos econômicos, o motivo para o tropeço do minério é o excesso de oferta, que é regra geral pelo menos desde 2015. Mas nos últimos meses, apesar da entrada de operação do S11D, da Vale, de uma expansão de capacidade em Pilbara, na Austrália, e do avanço na curva de aprendizagem da também australiana Roy Hill, que contribuem para o fornecimento mais agudo da commodity, a demanda chinesa compensava a saturação do mercado.

Com abundância de crédito, especialmente para infraestrutura e construção de residências, o governo da China elevou a preocupação quanto à existência de uma bolha imobiliária e decidiu tomar medidas para cortar o fluxo de capital oferecido ao setor, reduzindo o ritmo da atividade. No primeiro trimestre, a construção foi o principal fator de sustentação ao crescimento do gigante asiático.

"Em geral, o governo chinês pesa dois lados dos estímulos: o quanto a economia pode crescer com investimento em infraestrutura e, do outro lado, o alto endividamento e a inflação de preços de imóveis", explica Felipe Beraldi, da Tendências Consultoria. O analista diz que esperava esse patamar de preços ainda mais cedo, mas o movimento especulativo ajudou a sustentar a matéria-prima acima dos US\$ 90. Até o fim do trimestre, ele acredita que a cotação se retraia para perto de US\$ 60.

Segundo Daniel Briesemann, analista do banco alemão Commerzbank que acompanha commodities metálicas, a virada de comportamento das autoridades chinesas quanto ao crédito foi determinante para a reversão do minério. O momento acumulou a elevação da oferta e o potencial arrefecimento da procura na China, que é quem mais compra minério no mundo, porque a perspectiva de necessidade de aço diminuiu.

"Estávamos dizendo há muito tempo que os preços do minério de ferro eram altos demais e o potencial de correção era enorme", afirma o analista. "Em dezembro, alertamos que nível de US\$ 50 a US\$ 60 parecia muito mais justificável do que o que se desenhava na época, de US\$ 80 a US\$ 90."

Nesse sentido, a desvalorização do insumo diz respeito às perdas registradas nos últimos dias nos preços do aço. Com a necessidade de reduzir custos para compensar a diminuição, as siderúrgicas estão menos dispostas a pagar muito pelo minério. Só em abril, a bobina a quente, por exemplo, negociada na Bolsa de Futuros de Xangai, já recua 8%.

Para a equipe econômica do Itaú, a baixa está mais relacionada aos altos estoques da matéria-prima nos portos chineses. O impacto da desaceleração na economia chinesa viria mais forte no segundo semestre, dizem em relatório. Mas na semana passada, a casa de análise australiana ANZ Research lembrou que o volume de aço armazenado está baixo atualmente, o que significa que ainda poder haver uma onda de compras mesmo com os altos estoques do minério.

Também em relatório, o BTG Pactual alertou que a instabilidade se intensificaria para o minério. Nesses cinco dias negativos, a queda foi estrondosa, de 14%. A desvalorização de ontem, de 8,5%, foi a segunda mais intensa em todo o ano. "Para complicar ainda mais, o mercado de derivativos em desenvolvimento tem inflado a formação do preço à vista", disse o BTG.

Beraldi, da Tendências, ainda ressalta que o retorno da Samarco, da Vale e BHP Billiton, ao mercado, poderia elevar ainda mais a sobreoferta. "Mas juridicamente a situação é complicada, então ainda não consideramos essa possibilidade", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

AES Tietê I

A geradora de energia AES Tietê deve assinar nos próximos dias o contrato para compra do complexo eólico Alto Sertão II, da Renova, segundo o presidente da AES Brasil, Julian Nebreda. As duas companhias anunciaram em janeiro um acordo de negociação exclusiva sobre o ativo, avaliado em R\$ 650 milhões. A aquisição é um passo importante na estratégia da companhia de ter, até 2020, metade do seu Ebitda a partir de fontes não hídricas, com contratos de longo prazo no mercado regulado. Segundo Nebreda e o presidente da AES Tietê, Ítalo Freitas, diante da nova prioridade da empresa pela expansão por meio de eólicas e solares, novas aquisições podem acontecer ainda neste ano.

AES Tietê II

A AES Tietê tenta no momento viabilizar uma emissão de debêntures de R\$ 1 bilhão, aprovada pelo seu conselho de administração no fim de março, cujos recursos deverão ser utilizados para melhorar o perfil de endividamento. Julian Nebreda, presidente do grupo AES no Brasil, se diz otimista quanto ao novo momento do mercado de capitais brasileiro. "Percebo uma melhora na liquidez do mercado, tanto na renda fixa, como na variável", afirma o venezuelano. "As medidas do governo estão se refletindo em melhores condições, que criam oportunidades para fazer coisas que antes estavam difíceis", acrescenta.

Petróleo em queda

Os preços do petróleo caíram ontem em meio ao aumento da produção americana da commodity, encerrando uma série de seis pregões consecutivos de ganhos. O contrato futuro do Brent para entrega em julho recuou 0,66% na ICE Futures de Londres, para US\$ 55,86 o barril. Já o WTI de junho teve queda de 0,54%, para US\$ 53,11, na Nymex, de Nova York. Apesar de grande corte nos estoques na semana passada, o Departamento de Energia dos Estados Unidos mostrou que a produção subiu 36 mil barris por dia no mesmo período. Já são dois meses de aumentos consecutivos, o que levanta temores sobre excesso de oferta no mercado global.

MME / ASCOM .